

A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA NA ECONOMIA INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA: UMA ABORDAGEM KALECKIANA

Marilian Boing – FURB

E-mail: euboing@hotmail.com

1 Introdução

Este trabalho, resultado de uma monografia apresentada para conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, se fundamenta nas teorias de Michal Kalecki, economista polonês contemporâneo de Keynes e fortemente influenciado por Marx.

A economia neoclássica ensina que os preços dos produtos inelásticos, como os agrícolas, dada uma situação de concorrência, são determinados pelo mercado, que encontra o seu equilíbrio num ajuste entre a oferta e a demanda. Não é o que acontece com os produtos elásticos, como os industriais. Kalecki examina esta temática com muita propriedade. Para ele, neste caso, é o custo de produção que servirá de base para a determinação do preço de venda. O preço é formado a partir do custo de produção, acrescido de uma margem (*mark up*) destinada a garantir o lucro do empreendedor, margem esta definida a partir da competição à qual cada empresa está submetida no mercado em que atua. Quanto maior a competição, menor a liberdade para a definição unilateral do preço. Por outro lado, quanto menor a concorrência, ou seja, quanto maior o grau de monopólio do setor, mais livre ele estará para definir a margem de lucro do seu interesse e, conseqüentemente, o respectivo preço.

Considerando que a economia capitalista motiva-se para a acumulação do capital por conta do seu ímpeto de crescimento, quanto maior o grau de liberdade com o qual um setor pode definir o seu preço, mais ele o fará tendo em vista seu propósito de lucro. E este lucro ele requer como garantia para retirar, *ex post*, a poupança que lhe viabilizará o investimento necessário às suas metas de investimento.

Como parte dos custos, o salário integra a diferença entre a renda gerada pelo setor, no limite da sua capacidade produtiva, e o que dele se requisita como lucro para a garantia do seu crescimento.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

É no contexto desta perspectiva de análise que se realiza o presente estudo do setor industrial de Santa Catarina. Com o uso do modelo kaleckiano e com dados da economia brasileira e catarinense, investiga-se o grau de monopólio de alguns setores industriais e os parâmetros da distribuição de renda que neles ocorre.

É preciso conhecer a dinâmica da formação dos preços no setor industrial, no Brasil e também em Santa Catarina, por tratar-se de um setor com forte participação na renda gerada pelo país. Em 2005, conforme dados da Contas Nacionais do Brasil divulgados pelo IBGE, o setor industrial teve uma participação de 29,3% na renda gerada pela economia brasileira, com incremento de 2,1% em relação ao ano anterior. Santa Catarina, em 2006, participou com 4,29% do PIB brasileiro formado pelo setor industrial, situando-se como sétimo estado com maior formação de renda na indústria no país.

Este panorama já evidencia a importância da renda industrial, catarinense e brasileira, no contexto da economia nacional, o que, por si só, já justifica a relevância do tema adotado.

Como referência de estudo semelhante e antecedente cita-se VIEIRA (1989) que investigou a indústria de Santa Catarina no período compreendido entre 1970 e 1980. O que aconteceu desde então (a redemocratização do País e o esforço que se fez, a seguir, para o seu ordenamento institucional; a estabilização monetária; reformas econômicas que, se não completas, já serviram para dar um novo formato às suas estruturas produtivas e sociais, e tantas outras transformações positivas para a vida nacional) faz supor um novo panorama nas relações entre o capital e o trabalho naquilo que se refere à participação do salário no montante da renda gerada pelas atividades do setor industrial. Por isso, também, a conveniência de se atualizar aquelas verificações.

Dada a importância da economia industrial de Santa Catarina como uma das mais representativas do Brasil, todo o esforço para melhor conhecê-la se justifica.

2 Revisão teórico-conceitual

Michal Kalecki nasceu em Lodz, cidade polonesa, em 22 de junho de 1899 e em sua formação como economista recebeu profunda influência das obras de Marx e de outros

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

autores marxistas. Conforme Miglioli (1982) é preciso discernir e compreender a diferença entre os conceitos de “criação da produção” e “realização da produção”, criados e discutidos amplamente por Karl Marx, para entender a contribuição de Kalecki à teoria marxista. “Realização da produção”, é a descrição do processo produtivo separado em duas etapas distintas e complementares, chamadas de “processo de criação” e “processo de realização” da produção. Em tempos modernos esses termos seriam conhecidos, respectivamente, por oferta e demanda. Marx se ocupou em estudar intensamente o primeiro deles, o processo de criação (oferta). Kalecki por sua vez, deu continuidade ao trabalho de Marx ao estudar com afinco a outra face do mercado, o processo de realização (demanda).

Marx ainda contrapunha a lei de Say, cuja máxima era a de que toda a oferta é criadora de sua própria demanda. Assim, “para Marx, [...] a demanda não é necessariamente igual a produção [...]” (MIGLIOLI, 1985, p. XV). A demanda poderia ser, inclusive, menor do que o volume de bens ofertados, criando dessa forma um problema de falta de demanda efetiva, que foi o tema objeto de estudo de Kalecki.

Aliás, vale lembrar, que este foi também o tema central das obras de Keynes, no entanto,

Antes, contudo, de surgir a *Teoria Geral* de Keynes, Kalecki já havia publicado, em polonês, três estudos que constituíram, em conjunto, a primeira formulação precisa e sistemática do papel da demanda efetiva no processo de reprodução capitalista. (MIGLIOLI, 1985, p. XX)

Em uma dessas três obras de Kalecki citadas por Miglioli, a mais famosa dela, chamada de “Esboço de uma Teoria do Ciclo Econômico” escrita em 1933, Kalecki deu início as suas teorias de demanda efetiva, distribuição de renda, e determinantes da acumulação de capital construindo um modelo de uma economia simplificada. Era a base para a demonstração que ele pretendia, de que os problemas do processo de realização, assim chamado por Marx, eram causados pela falta de demanda de bens de investimento e de bens de consumo dos capitalistas, e os responsáveis por essa falta de demanda, eram os capitalistas.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

Para desenvolver este modelo, Kalecki partiu de alguns pressupostos, que segundo Miglioli (1982) podem ser resumidos conforme segue: (i) economia dividida em apenas duas classes sociais: trabalhadores e capitalistas; (ii) não existência de poupança do trabalhador; (iii) não existência de estoques; (iv) inexistência de relações comerciais com o exterior e (v) inexistência de relações econômicas com o governo. No mesmo ano, ainda em 1933, Kalecki lançou um outro trabalho que chamou-se “Comércio Internacional e ‘Exportações Internas’” em que houve o abandono de alguns desses pressupostos. Tomamos para este trabalho, a teoria de Kalecki nos moldes desenvolvidos inicialmente, de que trata uma economia fechada.

Neste modelo simplificado, a economia é dividida em três setores: o departamento I que produz bens de investimento, o departamento II que produz bens de consumo para os capitalistas e o departamento III que produz bens de consumo para os trabalhadores. Na suposição de Kalecki, cada departamento produz seus próprios bens intermediários não havendo, portanto um departamento específico para esta finalidade.

Na Tabela 1 abaixo temos um resumo da departamentalização econômica de Kalecki:

Tabela 1 – Distribuição da renda por departamento

Dep I	Dep II	Dep III	Total
W1	W2	W3	W
P1	P2	P3	P
I	Cc	Cw	Y

Fonte: MIGLIOLI, 1982, p. 219

Sendo:

W = salários

P = lucros

I = investimento

Cc = consumo do capitalista

Cw = consumo do trabalhador

Y = renda nacional

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

A leitura horizontal dessa tabela nos mostra que: o salário total é dado pela soma do salário dos três departamentos; o lucro total é auferido pela soma dos lucros dos três departamentos; e a renda nacional é igual a soma do investimento mais consumo do capitalista mais consumo do trabalhador: $Y = I + C_c + C_w$.

Da leitura vertical temos que cada departamento é composto de salários e lucros gerados dentro do próprio departamento. Dep I = $W_1 + P_1$; Dep II = $W_2 + P_2$; Dep III = $W_3 + P_3$.

Sob duas óticas distintas chegamos à seguinte formação da variável renda:

Pelo lado da demanda: Investimento + consumo dos capitalistas + consumo dos trabalhadores ($Y = I + C_c + C_w$);

Pelo lado da oferta: Lucros + Salários ($Y = P + W$)

Assim percebemos que: $Y = W + P = I + C_c + C_w$

Partindo de um dos pressupostos adotados por Kalecki - de que o trabalhador não tem poupança, ou seja, ele consome todo o seu salário, - então: $W = C_w$, assim, na equação acima podemos anular W e C_w e concluir que $P = I + C_c$.

O lucro total produzido pela suposta economia é resultado de gastos em investimento e consumo do capitalista. Como visto anteriormente, os itens investimento e consumo de capitalistas são produzidos nos departamentos I e II, então temos que os lucros auferidos nesses dois departamentos são todos canalizados para aquisição desses bens. Restam, portanto, os salários dos departamentos I e II que, neste primeiro momento, não foram alocados para nenhum fim.

Se todo o salário produzido por um trabalhador é consumido por ele, podemos dizer que o lucro auferido pelo departamento III é o único excedente desse departamento. O excedente desse departamento, P_3 , nada mais é do que os bens adquiridos com W_1 e W_2 (salários gerados nos departamentos I e II), então: $P_3 = W_1 + W_2$.

Dada esta relação, sabemos que, se P_3 aumenta, motivado por um aumento da produção do departamento III, W_1 e W_2 também aumentarão ($P_3 = W_1 + W_2$), isto refletirá em uma redução dos lucros dos departamentos I e II. Seguindo essa linha de raciocínio desenvolvida por Kalecki, é possível concluir que um aumento da produção do departamento III, onde são produzidos bens de consumo dos trabalhadores, não refletirá em aumento dos lucros totais dos

capitalistas, bem como também não causará aumento de renda para toda a economia. (MIGLIOLI, 1982)

Segundo Kalecki (1985), o aumento do lucro dos capitalistas só será possível se houver um aquecimento do mercado de bens de investimento e bens de consumo dos capitalistas, que provoquem um aumento da produção total dos departamentos I e II. “Portanto, são suas decisões [dos capitalistas] quanto a investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa”. (KALECKI, 1985, p. 36, grifo nosso).

Um capitalista pode estar decidido a aumentar seu lucro, mas ele só conseguirá isso se puder vender mais, e apenas poderá vender mais se, obviamente, houver maior compra de seus produtos. (...) O lucro total só será aumentado se os capitalistas venderem maior quantidade de bens de investimento e/ou consumo dos capitalistas, ou seja, se os próprios capitalistas decidirem investir mais e/ou consumir mais. (MIGLIOLI, 1982, p 224).

Desta forma, poderíamos concluir que os capitalistas são, no modelo econômico suposto por Kalecki, os responsáveis pela determinação, não só do montante de seus lucros, mas também do montante de salários e a magnitude da renda nacional. Mas mesmo num modelo de economia fechada, conforme este que foi estudado, essa concepção é refutada. Para isso seria preciso assumir a idéia de que a distribuição da renda da economia é dada, no entanto, é sabido que há vários fatores que determinam a distribuição de renda em uma economia. Esses fatores também foram estudados, com propriedade, por Kalecki.

2.1 Determinantes da distribuição de renda

Para estudar os fatores que determinam a distribuição da renda é preciso tomar conhecimento da composição do preço dos bens ofertados em uma economia de oferta elástica, como é a economia industrial. Neste segmento temos um quadro típico de uma economia cujo preço é determinado pelos custos de produção, e não pela sua demanda.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

Iniciemos com a verificação das variáveis que determinam os preços, que em termos agregados, vem a ser o valor bruto da produção.

O valor bruto da produção (V) é composto pelo valor dos insumos (M), salários (W) e lucros (P). $V = M + W + P$. Representado pela letra Y temos o valor adicionado, o PIB de um determinado setor produtivo. $Y = W + P$, e portanto, $V = M + Y$.

Representado por 'k' a relação entre o valor da produção e os insumos envolvidos, temos que $k = V / (M+W)$, e também $V = k (M + W)$. k será sempre maior que 1 porque acredita-se que o empresário trabalhará sempre com o valor da produção maior do que os custos envolvidos em salários e insumos.

A magnitude representada pela letra w também foi objeto de estudo de Kalecki. w é a relação existente entre o total de salários pagos e o valor adicionado da produção, ou seja, $w = W/Y$.

Veremos agora qual é a relação entre w (relação entre salários e renda), e k (relação entre valor bruto da produção e a soma de seus custos – insumos e salários).

$P = V - M - W$, substituindo V pela equação obtida acima teremos:

$$P = k (M + W) - M - W = kM + Kw - M - W, \text{ ou } P = (k - 1) (M + W)$$

O valor adicionado (Y) é igual a soma de salários e lucros: $Y = W + P$. Temos a equação acima que poderá aqui ser substituída por P e logo encontraremos que:

$$Y = W + (k - 1) (M + W)$$

$w = W / Y$, e Y é representado pela equação acima, então temos que:

$$w = W / [W + (k - 1) (M + W)]$$

Dividindo por W o numerador e o denominador do lado direito dessa equação, encontramos:

$$w = 1 / [1 + (k - 1) (M / W + 1)]$$

Considerando como j a relação M / W , temos: $w = 1 / [1 + (k - 1) (j + 1)]$

Assim verificamos que a relação procurada entre k e w é inversa, ou seja: quanto maior for a magnitude de k, menor será w. Isso implica em dizer que, quanto maior for a relação entre o valor total da produção e a soma de insumos e salários, menor será a participação dos salários na renda gerada em determinado setor da economia. O inverso também é verdadeiro.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

Tal relação nos leva evidenciar também que, quanto maior for a magnitude de k , maior será o lucro do capitalista, dado que a relação de k é dada pela divisão de V por $M + W$, enquanto o lucro é dado pela subtração de V por $M + W$. Logo, quanto mais elevado for k , maior será a distância entre lucros e salários.

Kalecki procurava sempre inspirar realismo em suas teorias. Por esse motivo, quando estuda o processo de formação de preços em uma economia, ele não aceita a teoria neoclássica de que os preços são resultado de uma situação de concorrência perfeita e que partem de um ponto de equilíbrio de mercado entre oferta e demanda. Ele aceita a idéia de que os preços são determinados à partir dos custos de produção em mercados oligopólicos e monopólicos. (MIGLIOLI, 1982)

Vale lembrar aqui, os conceitos estrutura de mercado de concorrência perfeita, de monopólio e de oligopólio. No monopólio pode-se considerar que o setor é a própria firma uma vez que ela é responsável única pela produção de todo o setor. “É importante ressaltar que o monopólio ‘puro’ é uma construção teórica, porque, na prática, ele não existe.” (TROSTER, 2003, p. 192). Numa situação de monopólio, o preço poderia ser definido com total liberdade pela firma dada sua condição de ser única fornecedora neste mercado. Igualmente teórica é a concepção de concorrência perfeita uma vez que na prática ela também não se consolida. A sua estrutura é formada por um mercado imaginário em que existe grande número de vendedores e compradores para um mesmo produto de tal forma que os preços dos produtos – que são homogêneos, ou seja, são substitutos perfeitos entre si – são determinados pelo mercado. A firma determinaria, conforme TROSTER (2003) nessa estrutura, apenas a quantidade do bem à ser produzido em determinado período.

Foi desses conceitos de estrutura de mercado imaginários e fantasiosos que Kalecki procurou fugir ao formular suas teorias econômicas. Conforme Miglioli, Kalecki “procurou formular uma teoria alternativa, partindo da idéia de que o controle monopólico ou oligopólico dos mercados é a situação normal, e não excepcional, das economias capitalistas” (MIGLIOLI, 1982, p. 254).

Vamos então introduzir os conceitos de controle monopólico e oligopólico à que Miglioli se refere. Segundo Troster “a concorrência monopolista (também chamada de concorrência imperfeita) caracteriza-se pelo fato de que as empresas produzem produtos diferenciados, embora substitutos próximos”. (TROSTER, 2003, p. 197) Trata-se de um

mercado em que há muitos produtores de cigarro, por exemplo, mas cada um produz uma diferente marca de cigarro, com diferentes características. Dessa forma, tem-se uma maior aproximação da realidade do que se supõe na concorrência perfeita em que todos os produtores trabalham com um mesmo produto, igual, homogêneo. Quanto ao controle oligopólico de mercado, ele retrata a realidade da maioria dos países ocidentais onde se tem um número reduzido de produtores fabricando bens que são substitutos próximos entre si. Como todos os produtores são importantes e/ou possuem uma parcela significativa do mercado “as decisões sobre o preço e a produção de equilíbrio são interdependentes, porque a decisão de um vendedor influi no comportamento econômico dos outros vendedores”. (TROSTER, 2003, p.198)

Para que tal realismo seja levado à efeitos, a teoria dos preços de Kalecki diz que, para fixar o preço de seu produto, cada empresa leva em conta seu custo médio e o preço médio cobrado pelas firmas concorrentes. Após ter determinado o custo médio do seu produto, a empresa determina seu lucro e forma à partir daí seu preço de venda.

Sobre o custo direto de sua produção o empresário aplica um *mark-up*, que é a margem de lucro que é pretendido ganhar no negócio, e é expresso por $1 + \text{margem proporcional de lucro bruto}$, para obter o preço de venda. O *mark-up*, nada mais é que a nomenclatura expressa anteriormente por k , visto que $k = V / (M+W)$.

Em uma situação de elevado nível de concorrência a empresa terá que trabalhar com preços bem próximos do seu custo médio e por conseqüência diminuir a margem de lucro (*mark-up*) trabalhada para garantir sua permanência nesse mercado. Se a concorrência for menor, a empresa sentirá liberdade para aumentar o seu lucro sem maiores preocupações com o preço final uma vez que ela já tem domínio do mercado onde atua.

É dessa análise sobre a dinâmica do *mark-up* que Kalecki parte para criar o conceito de um próximo indicador que vem a ser chamado de *grau de monopólio*. Visto que $k = V / (M + W)$, e considerando que V nada mais é que o preço do produto em níveis agregados e que $M+W$ são os custos de produção, quanto maior for V em relação a $M+W$ maior é k , o que significa que a empresa estava em situação favorável para estipular seu preço, trabalhar com margem de lucro mais elevado, e isso indica um alto grau de monopólio no mercado em que esta empresa atua. Do contrário, se a empresa se sentir ameaçada pelos seus concorrentes e não dominar o mercado onde atua, terá que estar mais atenta aos preços praticados pelas

outras empresas que atuam no mesmo ramo, reduzir seu preço, o que consiste em reduzir sua margem de lucro, operando portanto, em um mercado de menor grau de monopólio.

3 A indústria na economia brasileira a partir da década de 1930

Durante todo o século XIX até a década de 1930, o Brasil manteve como principal atividade econômica e fonte de riqueza a produção agrícola. Porém, no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a incipiente indústria nacional cresceu em razão das dificuldades criadas pela guerra no mercado internacional, tanto para as exportações do produto agrícola, como para as importações de manufaturados. (REGO; MARQUES, 2003).

Frente a esta realidade, instituições de planejamento e desenvolvimento governamentais e intergovernamentais, como a CEPAL, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e demais órgãos similares, foram pioneiros no levantamento da realidade econômica brasileira, e desenvolveram as primeiras tentativas de representar a economia brasileira em um planejamento econômico consistente. Surge então, a partir da década de 1930, a estratégia econômica designada por PSI – Processo de Substituição das Importações. (MANTEGA, 1987)

Este processo foi responsável pelo desenvolvimento da produção interna de bens industrializados e colaborou para o desenvolvimento e crescimento das cidades vinculadas à indústria. Conforme Rego e Marques (2003, p. 150):

Assim, em um primeiro momento, quem possibilitou o desenvolvimento e as transformações industriais foram justamente as economias agrárias, inicialmente em razão das riquezas e capitais produzidos e acumulados por ela, e, depois, ao tornar-se mercado consumidor dos produtos industrializados.

O processo se desenvolveu aceleradamente criando a convicção entre os analistas econômicos de que o país estava firme na rota de eliminação do seu atraso econômico. Afinal, o crescimento médio do PIB registrado para o período em que o modelo esteve vigente foi de

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

7% ao ano. Mas, contrariando essa suposição, ao se esgotar o estoque de importações substituíveis, a economia brasileira entrou em recessão.

O fim do processo de substituição das importações pode, sem dúvida, ser responsabilizado pelo excesso de mão-de-obra e o baixo poder de barganha dos trabalhadores, que por sua vez é resultado, em grande parte, à tecnologia importada com alta densidade de capital utilizada na indústria brasileira. É a tecnologia que Celso Furtado (apud CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO, 2006) convencionou chamar de “labour saving”. Em tais condições, a industrialização brasileira, impulsionada pela substituição de importações não teria logrado criar uma demanda suficiente para estabelecer o desenvolvimento auto-sustentado. Sendo assim, o esgotamento do PSI que se verificava ao longo da década de 1960, acabou por conduzir a economia brasileira para a estagnação. (FURTADO, 1968 apud MANTEGA, 1987).

A evolução estrutural do setor industrial, o progresso tecnológico e a tendência à concentração do poder econômico atuaram de forma convergente no sentido de reduzir o fluxo de salários criado pelo setor industrial relativamente ao valor da produção desse setor [...]. (FURTADO, 1968 apud MANTEGA, 1987, p. 97).

Em outras palavras, o não crescimento dos salários de acordo com a produtividade dos trabalhadores, criou, segundo Furtado, um problema de insuficiência de mercado, ou seja, falta de demanda.

Os anos de 1980 podem ser corretamente chamados de “década perdida”. Diante dos choques e petróleo de 1974 e 1980, o regime militar, ao invés de adotar medidas econômicas para enfrentar a situação, preferiu tomar grandes empréstimos no exterior levando em conta a abundância de petrodólares baratos disponíveis para serem emprestados. Ocorre, no entanto, que nos anos que se seguiram, a crise do México, de 1982, provocou uma reviravolta no sistema financeiro da América Latina, destruindo os fluxos de capitais externos para o Brasil, e forçando o país, ainda na década de 1980, a mobilizar toda a sua economia em prol do cumprimento de seus compromissos financeiros externos.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

Surge então, na década seguinte, o Consenso de Washington. Inspirados na convicção de que a ação do Estado na economia é ineficaz para sanar os problemas identificados nas economias subdesenvolvidas, economistas acadêmicos e ligados às instituições internacionais reúnem-se na capital americana com o objetivo de aprovar uma política econômica a ser adotada por estes países. A ideologia que se passa, como não poderia deixar de ser, é estritamente neoliberal. Recomendações como a privatização de empresas governamentais, desregulamentação do setor produtivo, ampla e irrestrita abertura do país ao capital e mercadorias estrangeiras, e abstenção do Poder Público na economia, são exemplos das medidas sugeridas pelo grupo. (CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO, 2006).

A receita neoliberal foi aceita e implantada em toda a América Latina, o que resultou em semi-estagnação crônica da região, em flagrante contraste com o rápido crescimento dos países asiáticos. Diante disso, dada a inexistência de qualquer ação do Poder Público na criação de novas estratégias de desenvolvimento, o Brasil se especializou na exportação de “commodities” agrícolas e industriais, onde a abundância de recursos naturais lhe proporcionava vantagens comparativas suscetíveis de serem aproveitadas, independentemente de qualquer ação pública. Sucede que tal setor registra, além de baixo valor adicionado por trabalhador, mercado em lento crescimento, sendo, portanto, incapaz de comandar um processo de crescimento acelerado. (CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO, 2006).

Se talvez, se tivesse feito a opção por contornar o impasse surgido ao longo da década de 1960 com o propósito de preservar a continuidade do crescimento econômico proporcionado pelo processo de substituição das importações, conforme o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (2006), o PIB brasileiro seria, em 2006, 2,5 vezes maior do que aquele que se apresentou. Uma das ações que poderiam ter sido adotadas seria uma política de redistribuição de renda, proporcionando, desta forma, poder de consumo à população trabalhadora do país e não ocasionando o problema que se verificou decorrente da falta de demanda. O Brasil registra, de fato, um dos mais elevados níveis mundiais de concentração da renda. Assim sendo, os bens de consumo que são do interesse de quem tem maior renda, são em sua maioria produtos importados e que, portanto, favorecem aos fornecedores externos.

Um programa amplo de redistribuição de renda transferiria essa demanda para o produtor nacional, com decorrente aumento do mercado interno, e talvez capacitasse a economia a compensar a perda representada pelo fim das importações substituíveis, e nivelar o crescimento econômico às taxas parecidas com aquelas do período anterior. Seriam restabelecidas, dessa forma, as condições para crescimento auto-sustentado com base no mercado interno. (CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO, 2006).

Ressalta-se, no que até aqui foi visto a respeito da economia nacional, a importância das opções inseridas nas políticas públicas adotadas. Nelas não estão implícitas somente as perspectivas de maior ou menor crescimento econômico, mas, e daí a importância desta análise para o contexto deste trabalho, a perspectiva de maior ou menor desenvolvimento sócio econômico. Os seus resultados em termos de distribuição da renda gerada pelo esforço nacional de produção é fruto destas escolhas.

3.1 A indústria na economia catarinense a partir da década de 1990

Para entender a dinâmica que estava sendo vivida pela economia catarinense na década de 1990 é preciso relembrar o contexto marcado por um afastamento do Estado no controle das forças econômicas, liberando essa tarefa nas mãos do próprio mercado em Santa Catarina e no Brasil como um todo. Nas duas décadas anteriores, a disponibilidade de liquidez internacional proporcionada pelos petrodólares, fez com que fossem reduzidas as taxas de juros para empréstimos contraídos no exterior e facilitou a formação da dívida externa, que, mais tarde veio a se tornar um problema para os países em desenvolvimento como o caso do Brasil. O padrão de crescimento da década de 1970, que era baseado em financiamento externo e abundância de recursos em poder dos bancos internacionais, entrou em colapso com a mudança do cenário internacional - crise da dívida externa mexicana em 1982. O fluxo de capitais externos cessou, e o Brasil recorreu ao FMI, submetendo-se às suas diretrizes de política econômica. A alta da inflação fez surgir diversos planos econômicos voltados para a manutenção desse indexador como objetivo primário. Todos fracassaram. (CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO, 2006)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, investindo na infra-estrutura social básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passa a comandar o processo de acumulação. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 308)

O conhecimento desse movimento mais amplo talvez facilite o entendimento das mudanças estruturais na economia catarinense pós-1990:

[...] a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do parcial do complexo carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário, calçados e a desnacionalização no complexo agroindustrial. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 308)

Com 95,4 mil km² Santa Catarina ocupa hoje 1,13% do território nacional. Equivale ao tamanho de países como Áustria, Hungria, Irlanda ou Portugal. Tem uma população de 5,8 milhões de habitantes, e o PIB fica na sétima colocação dos maiores do Brasil. Nos últimos sessenta anos essa participação no PIB aumentou em 70% (IBGE, 2007). Com relação a taxas de crescimento, a economia catarinense sempre apresentou taxas superiores as da média nacional. Do período 1971 a 1979, por exemplo, enquanto a taxa média nacional foi de 8,6%, a catarinense foi de 11,5%. Nos anos noventa, a média nacional foi de 1,7% e a catarinense de 3,5%. (GOULARTI FILHO, 2007).

Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação catarinense é a quarta do país em quantidade de empresas e em número de trabalhadores. O segmento alimentar é o mais empregador, seguindo-se o de artigos do vestuário e de produtos têxteis. (FIESC, 2007).

A economia industrial é caracterizada pela concentração em diversos pólos: cerâmico, carvão e descartáveis plásticos no Sul, alimentar e móveis no Oeste, têxtil e cristal no Vale do Itajaí, metal-mecânico e mobiliário no Norte, madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital.

Situam-se em Santa Catarina indústrias de destaque no Brasil, na América Latina e também em nível mundial. No mundo é o maior produtor de canecos de chopp para

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

colecionadores e amidos alimentícios. No Brasil é o primeiro no ranking de fabricação de cristais (taças, copos, vasos, saladeiras), eletroferragens galvanizadas a fogo para distribuição de energia elétrica, telefonia e tv a cabo, compressores e refrigeradores, reposição de escapamentos, compressores de pistão, motores, geradores e transformadores elétricos, centrais telefônicas e telefonia fixa, componentes para bicicletas, portas de pinus, cordas e fios técnicos industriais de fibras sintéticas, alimentos industrializados (aves, bovinos e suínos), instrumentos e equipamentos odontológicos, softwares para o segmento de projetos prediais, soluções para gerenciamento de filas em bancos privados e está aqui a maior distribuidora de produtos médico-hospitalares descartáveis do Brasil. (FIESC, 2007)

Com relação ao comércio com o exterior, durante a década de 1970 a participação do estado nos números da balança comercial quase que dobrou, impulsionada principalmente pelas exportações de produtos têxteis e de alimentos. Em 2007, Santa Catarina vendeu para o mercado internacional o equivalente a US\$7,4 bilhões o que representa 4,6% do volume exportado no Brasil, oitava posição no ranking de estados exportadores do país, e um saldo positivo na balança comercial de US\$2,4 bilhões. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2007 foram Estados Unidos (17,3%), Argentina (7,1%), Países Baixos-Holanda (5,9%) e Alemanha (5,0%). A indústria possui uma participação de 64% nas exportações do Estado. (FIESC, 2007).

4 Interpretação e análise dos dados gerais da indústria de transformação no Brasil, em Santa Catarina e em outras cinco UFs selecionadas

Com os dados gerais obtidos do IBGE (2006) para a indústria de transformação do Brasil, de Santa Catarina e de outras cinco Unidades da Federação selecionadas é possível fazer algumas considerações importantes que levam a uma melhor compreensão da posterior análise dos indicadores de distribuição de renda (*mark-up* e participação relativa dos salários na renda gerada) para esses mesmos espaços geográficos. Para esta finalidade, utilizou-se os dados relativos aos anos de 1996, 2001 e 2006, cujos dados foram separados por Unidade Geográfica e também por segmento de ramos da indústria de transformação para otimizar a análise de resultados.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

A escolha das cinco Unidades da Federação, bem como das oito classes de atividades industriais que tornaram-se foco de estudo foi feita utilizando por base os Valores de Transformação Industrial (VTI). Foram selecionadas, portanto, as cinco Unidades da Federação com maior VTI e as oito classes de atividades com maior VTI, ambos valores relativos ao ano de 2006.

É possível notar que no Brasil, as indústrias de fabricação de produtos alimentícios e bebidas são as que mais empregam no total da indústria de transformação. Observa-se que, para 2006, a referida classe de atividade, em suas 9.013 unidades, empregou 1,1 milhão de pessoas, o equivalente a 22% de toda a mão de obra empregada na indústria de transformação. Em contrapartida, o setor onde se observa menor número de pessoal ocupado no país, é o de fabricação de celulose, papel e produtos de papel, em que o ano de 2006 aparece com pouco mais do que 2% em relação a todo o pessoal ocupado na indústria de transformação brasileira. Para o estado de Santa Catarina é válida também a informação que o setor de produtos alimentícios e bebidas é o que mais emprega com relação ao conjunto de classes formado pela indústria de transformação. Em 2006 verificou-se que mais de 17% do pessoal ocupado na indústria de transformação catarinense, estava empregado nas 1.906 unidades de fabricação de produtos alimentícios e bebidas existentes no estado de Santa Catarina. Com relação ao setor de atividade que menos emprega, no entanto, diferente do que se verificou para o Brasil, em Santa Catarina a classe de atividade com menor número de pessoal ocupado nos anos de 1996, 2001 e 2006 foi a de metalurgia básica.

Com relação valor da transformação industrial o setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas lidera o ranking entre as classes que compõem a indústria de transformação no Brasil e em Santa Catarina. Os dados para 2006 mostram que, a participação dessa classe de atividade no VTI brasileiro foi de 17% e em Santa Catarina 23%.

Com relação à produtividade dos setores industriais verifica-se que, no Brasil, em 2006 a classe de atividade mais produtiva, ou seja, aquela em que dividindo-se o valor da transformação industrial pelo número de pessoal ocupado alcança o maior quociente, foi a Metalurgia Básica onde constatou-se um valor de R\$229 mil reais de VTI por pessoal ocupado. Em Santa Catarina no mesmo ano, o valor de maior significância foi também para o setor de Metalurgia Básica em que o valor foi de R\$108 mil por pessoal ocupado. Nota-se que, em Santa Catarina, o setor que menos empregou em 2006 foi o mesmo que liderou o ranking de dados em termos de produtividade. Desta forma, torna-se possível a conclusão de

que o setor da Metalurgia Básica, que emprega poucos trabalhadores e tem alto faturamento, pode responsabilizar o uso intensivo de máquinas e equipamentos, ou seja, capital, pelos bons resultados que otimizam o ganho em produtividade do setor.

Analisando o que ocorreu ao longo do período estudado, nota-se um aumento do número de pessoal ocupado na indústria de transformação no Brasil de 26% do ano de 2001 para o ano de 2006. De 1996 a 2001 registrou-se um aumento de apenas 1,48% do pessoal ocupado na indústria de transformação do país. Em Santa Catarina, essa evolução já foi bem diferente. De 2001 para 2006 a quantidade de pessoal ocupado aumentou em 29% e de 1996 para 2001 o aumento foi de 21%. Ou seja, constata-se que, em Santa Catarina, a recuperação do nível de atividade econômica na indústria de transformação pós década de 1990, já apresentava tendência de recuperação muito mais dinâmica do que do país como um todo.

Em 2006 a indústria de transformação de Santa Catarina foi responsável por empregar 9% do pessoal ocupado na indústria nacional, e sua participação no VTI brasileiro foi de 6%. Os segmentos de ramos de destaque em Santa Catarina são a indústria têxtil cujo VTI catarinense alcançou em 2006 19,3% do brasileiro, e alimentos e bebidas cujo VTI correspondeu 7% do nacional no mesmo ano.

5 Interpretação e análise dos indicadores de distribuição de renda calculados para a indústria de transformação do Brasil, Santa Catarina e outras cinco UFs selecionadas

O cálculo dos indicadores de distribuição de renda foi feito utilizando-se dados gerais relativos a indústria de transformação do Brasil, do estado de Santa Catarina, e de outras cinco Unidades da Federação selecionadas, extraídos do IBGE (2006). A escolha das cinco Unidades da Federação, bem como a seleção de oito classes de atividades industriais que tornaram-se foco de estudo foi feita utilizando por base os Valores de Transformação Industrial. As cinco Unidades da Federação com maior VTI e as oito classes de atividades com maior VTI, ambos valores relativos para o ano de 2006, foram selecionados para serem objetos de estudo, análise e comparação nesta pesquisa.

Os dois indicadores de distribuição de renda definidos segundo as teorias de Kalecki (*mark-up* e participação dos salários na renda) foram calculados para os anos de 1996 a 2006.

5.1 Participação do Salário na Renda

A média da participação dos salários na renda gerada pelo setor industrial calculada para o período indica uma participação do salário na renda nacional da ordem de 23% enquanto, para o conjunto das unidades da Federação selecionadas, esta participação é maior, é de 25%. Destaque para os estados de Santa Catarina e São Paulo com 27% sendo que a menor participação é do estado de Minas Gerais com 20%.

Quanto a evolução ao longo do período, chama atenção o fato de todas as unidades terem registrado queda da participação do salário na renda do setor industrial durante o período estudado, com destaque para Santa Catarina onde a redução foi de 34% em 1996 para 28% em 2006 e para o Rio de Janeiro que assinala uma redução de 31% para apenas 17%.

Classificando os resultados obtidos por classe de atividade, e levando em consideração os valores médios calculados para o período de 1996 a 2006 no Brasil, têm-se o maior índice para o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios com 43% de participação dos salários na renda gerada, seguido do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos com indicador de 34% e o setor de fabricação de máquinas e equipamentos com 32% de participação. O que chama a atenção é a baixíssima participação do salário na renda do setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (20%), que, coincidentemente é o que mais emprega entre os setores estudados (22,28% do pessoal ocupado na indústria de transformação no ano de 2006). Por outro lado, metalurgia básica também indica uma baixa participação dos salários na renda do setor (19%), e no contexto da indústria de transformação é o setor onde registrou-se menor número de pessoal ocupado (3,59%). Esta verificação que, a princípio, pode parecer contraditória, deve ter alguma explicação que a justifique, no entanto, vislumbrar esta justificativa extrapola o conteúdo proposto para este estudo.

Para os indicadores de participação relativa dos salários na renda (w) da indústria de transformação por classe de atividade escolhida em Santa Catarina, no período de 1996 a 2006, utilizando os dados obtidos como média dos indicadores para o período, temos que no

estado, os setores de confecção de artigos do vestuário e acessórios, e de fabricação de produtos têxteis são os que apresentam maior participação do salário na renda gerada. Ambas as classes de atividades apresentaram 34% em média no período. Do mesmo modo que para o Brasil como um todo, o setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, aparece como o de menor participação do salário na renda (apenas 19%). É possível notar uma queda no que se refere aos dados da participação dos salários no produto gerado pelo setor têxtil, que vai de 38% em 1996 para 28% no ano de 1999. Deduz-se que esta queda pode ter sido provocada pela demissão de mais de 11.000 funcionários no setor durante os anos de 1992 a 1999. A demissão em massa ocorrida naquela época foi causada por um processo de terceirização da mão-de-obra fabril, resultado de buscas por redução de custos quando o setor foi severamente atingido pela abertura econômica da década de 1990.

A participação dos salários na renda gerada pelo setor industrial de Santa Catarina foi também calculado por por Vieira (1989) utilizando dados relativos aos anos de 1970, 1975 e 1980. Naquele estudo o autor identificou que a participação do salário na renda gerada pela indústria nacional em 1970 era de 23,09%, e registrou queda para 18,86% em 1980. Comparando com os dados obtidos neste estudo, é possível notar que a queda para o período estudado foi igualmente brusca. Em 1996 a participação dos salários na renda industrial brasileira era de 30%. Já em 2006, essa participação já havia registrado queda para 21%. Ou seja, apesar do pico registrado em meados de noventa, não dá para comemorar qualquer melhoria de participação consistente do salário na renda do setor industrial ao longo das últimas décadas.

5.2 Mark-up

Os valores calculados para o indicador *mark-up* apresentam-se nesta análise em termos de média calculada para o período estudado (1996 a 2006). Neste período, verifica-se que o *mark-up* mais elevado é o do Rio de Janeiro cuja média calculada foi de 1,84 sendo o mais baixo o do Rio Grande do Sul, (1,43) seguido do Paraná (1,47), São Paulo (1,48) e Santa Catarina (1,49). O Brasil como um todo apresenta *mark-up* de 1,52, mesmo nível que o indicador calculado para o conjunto formado pelas unidades da Federação selecionadas.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

Vale comparar estes valores com os da participação do salário na renda (w) para as mesmas unidades da Federação. Ao longo do período 1996 a 2006, enquanto crescia o *mark-up* das diversas unidades da Federação, os correspondentes indicadores de participação do salário na renda (w) apresentava movimento de queda. De fato, ressalta-se que no Rio de Janeiro, o alto *mark-up* (k), de valor igual a 1,84, corresponde ao baixo valor de ' w ', de 22%. Cabe registrar, nesta altura da análise dos indicadores, que, sendo o k , *mark-up* do setor, um indicativo do seu grau de monopólio, confirma-se a afirmação de Kalecki (1985) de que, quanto maior for este indicativo, ou seja, quanto maior o grau de monopólio, mais deprimida é a parcela relativa dos salários na renda.

Com relação a apresentação do cálculo de *mark-up* da indústria de transformação por classe de atividade escolhida no Brasil, no período de 1996 a 2006, verifica-se que a atividade com valor mais elevado é a da fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com ' k ' igual a 1,66. Não por coincidência, este é um dos setores com nível de participação dos salários na renda menor representativo, conta com uma participação de apenas 21% para ' w '.

Exatamente o contrário acontece com o setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios, que apresenta ' k ' igual a 1,34, o mais baixo entre as classes selecionadas, contra uma participação dos salários na renda de 43%, que aparece como a mais alta.

Também em Santa Catarina, com relação ao *mark-up* calculado por classe de atividade escolhida no período de 1996 a 2006, o setor que registrou indicador mais elevado é o de fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com ' k ' igual a 1,58, coincidindo também, como naquele caso, a participação do salário na renda bastante baixa, com ' w ' igual a 22%.

Avaliando o que ocorreu ao longo do período, observa-se que em fabricação de produtos alimentícios e bebidas houve um crescimento do *mark-up* de 1,31 em 1996 para 1,54 em 2006. Uma das possíveis causas para esta elevação, é o processo de concentração em favor das cinco maiores empresas do ramo ocorrido à partir da década de 1980. Conforme mencionado por Goularti Filho (2007) a origem desta concentração pode ter ocorrido por dois principais fatores: O primeiro deles, um maior incentivo do Estado específico para beneficiar as grandes empresas; o segundo fator, que tem muita ligação com o primeiro, deve-se ao processo de desenvolvimento do setor em Santa Catarina, em que, até 1960 as pequenas propriedades não tinham relação de dependência com os frigoríficos, no entanto, no decorrer dos anos foi se desenvolvendo um processo de subordinação da pequena propriedade ao

grande capital industrial. O pequeno produtor entra no circuito mercantil e a geração de seu excedente é apropriado pelo grande capital, somando-se, portanto, aos valores que definem a taxa do *mark-up*. A este crescimento de 'k' corresponde uma diminuição de 'w', a qual foi de 31% em 1996 para 19% em 2006.

Já no setor de confecções, o *mark-up* que em 1996 era de 1,59, caiu para 1,42 em 2006, correspondendo a uma elevação da participação relativa dos salários na renda (w) de 35% para 39%.

Comparando com os mesmos indicadores calculados por Vieira (1989) verifica-se que não há mudanças significativas entre o que foi observado nos dados de 1970 a 1980 e os atuais.

O que chama mais a atenção é que todos as classes industriais do estado apresentam *mark-up* elevado, o que justifica a média catarinense de 1,49, muito próxima da brasileira que é de 1,52. De fato, embora se possa até registrar, em Santa Catarina, que um ou outro setor apresentou pequena diminuição no respectivo *mark-up* ao longo do período, ainda assim os valores são por demais elevados, acompanhando o que ocorre em todo o país.

6 Considerações finais e recomendações

Há muito ainda para ser estudado e desvendado sobre o tema deste trabalho. Espera-se que ele possa motivar, a quem o examine, estudos mais aprofundados e complementares sobre este aspecto da economia de Santa Catarina. Há muitos pontos à serem discutidos, novas sugestões à serem propostas, e aprimoramento do que já se tem feito.

Uma das grandes restrições ao trabalho apresentado é o fato de estar-se desconsiderando um importante agente econômico e sua participação na renda gerada pelo setor industrial no Brasil e em Santa Catarina: o Governo.

No esquema de reprodução da renda proposto por Kalecki, um dos pressupostos iniciais é a ausência das atividades administrativas do governo. São dele as palavras:

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

No raciocínio que se segue, iremos frequentemente supor o equilíbrio tanto do orçamento governamental como do comércio externo, além de uma poupança dos trabalhadores igual a zero. Isso nos possibilitará basear nossa argumentação na igualdade entre lucros depois da dedução de impostos e a soma do investimento bruto e o consumo dos capitalistas. (KALECKI, 1985, p. 39)

Ou seja, trata-se de uma forma de simplificação do estudo para melhor compreensão dos seus resultados.

Deixando de considerar o agente ‘governo’ como um dos integrantes de participação ativa na economia estudada, podemos, da mesma forma que Miglioli, considerá-lo como um setor “externo” nesta economia suposta, bem como, trabalhadores e capitalistas são considerados como agentes internos. Desta forma admite-se que “[...] A venda de bens e serviços ao Governo, isto é, a despesa do Governo, representa lucro para o setor *interno*; o pagamento de impostos [...] isto é, a receita do governo, constitui uma redução do lucro do setor interno”. (MIGLIOLI, 1982, p. 232)

Adotou-se esta mesma linha de pressupostos neste trabalho ao seguir as teorias deixadas por Kalecki (1985) no esquema de reprodução da renda em *Teoria da Dinâmica Econômica*, obra do ano de 1965.

Desta forma, deixar de considerar o agente ‘governo’ na economia industrial, significa negar uma participação expressiva do valor da transformação industrial, que não é distribuída nem para capital, nem para trabalho. Para se ter uma noção do impacto desta participação, em Santa Catarina, no ano de 2006, o valor da transformação industrial das indústrias com 30 ou mais pessoas ocupadas, segundo dados do IBGE foi de R\$22.582.301.000,00 à preços correntes do mesmo ano. Também para 2006, dados da FIESC indicam uma arrecadação de impostos e contribuições federais administradas pela Secretaria da Receita Federal da ordem de R\$8.901.746.306,00, o que equivale a dizer que do total do VTI gerado pela indústria catarinense neste ano, mais de 39% do valor foi repassado ao governo em forma de taxas e impostos.

A quantidade de empresas industriais inseridas em Santa Catarina e no Brasil como um todo, bem como o tamanho das empresas expressa heterogêneas capacidades produtivas e, portanto, potenciais de crescimento diferenciados. Da mesma forma, a heterogeneidade existente em termos de classes industriais nos indica que não existe um padrão provável de comportamento para os principais indicadores que são mensurados como *mark-up* e

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

participação relativa dos salários na renda gerada para os diferentes ramos da indústria de transformação. Particularidades de cada classe de atividade, como por exemplo, a maior ou menor intensidade de capital e/ou trabalho na geração do produto, são fatores cruciais na formação das estruturas de custos das empresas, e, portanto, na distribuição funcional de suas rendas.

Outro fator preponderante que pode ajudar a explicar os diferentes comportamentos dos indicadores é a concentração de firmas de uma determinada classe industrial voltadas todas para um mesmo público alvo – ou seja, o menor ou maior grau de concorrência. Conforme Kalecki (1985) há dois fatores que determinam a modificação do grau de monopólio nas economias capitalistas modernas. O primeiro deles é o processo de concentração da indústria que leva a formação de corporações gigantes – e as corporações gigantes sabem que o preço que praticam influencia de forma apreciável o preço médio praticado pelo mercado em que atuam; o segundo refere-se ao desenvolvimento da promoção através da publicidade. “Assim a concorrência de preços é substituída pela concorrência através de campanhas de publicidade, [...] Obviamente isso também irá provocar uma elevação do grau de monopolização”. (KALECKI, 1985, p. 12).

Levantar dados empíricos sobre o comportamento dos fatores indutores ou determinantes da concentração uma atividade ao longo do tempo e sobre a maior ou menor intensidade de capital e/ou mão de obra para cada classe industrial, de forma a poder utilizá-los como base para a comparação com a dinâmica do *mark-up* e da participação relativa dos salários na renda do setor industrial – indicadores objetos de estudo neste trabalho – é sugestão para uma continuidade futura deste estudo. Conhecer os indicadores e avaliar a relação existente entre capital e trabalho na indústria de transformação catarinense pode se tornar base para que se promova sugestões de como essa relação pode ser contributiva para o desenvolvimento sócio-econômico de uma sociedade.

Outra sugestão que o trabalho suscita, é a de que num próximo trabalho ou no interesse decorrente da continuidade deste, se faça a separação dos dados entre grandes e entre pequenas e médias empresas, de forma que seja possível avaliar as diferenças da distribuição da renda por esta classificação. Como já mencionado, o *mark-up*, sendo um indicador econômico do grau de monopólio em determinada atividade econômica, pode ser mais bem tratado se houver uma definição da existência de grandes aglomerações ou a preponderância de pequenas e médias empresas em determinado segmento da economia.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Finanças e economia do setor público

A análise dos indicadores é também provocativa no que se refere às razões da pequena participação do salário na renda do setor industrial e do elevado *mark-up* de alguns setores e sua maior explicitação em algumas unidades da Federação. A investigação das causas extrapola os limites deste trabalho, mas é, sem dúvida, um desafio para todos os que se interessam pela economia brasileira e catarinense.

Respondendo as questões de pesquisa inicialmente propostas, ao se fazer uma leitura geral do trabalho aqui apresentado, é possível observar que não houve mudanças significativas, da década que vai 1970 a 1980 – objeto do estudo para os mesmos indicadores por Vieira (1989) - para o período aqui estudado. Também não é possível afirmar que os dados obtidos para Santa Catarina diferem por demais dos dados obtidos para o Brasil como um todo e para outros estados. Com relação à evolução do *mark-up* e da participação dos salários na renda gerada pelo setor industrial no Brasil, em Santa Catarina, e em outras seis unidades da Federação, é notório que para aquele houve aumento, enquanto para este, redução.

7 Referências bibliográficas

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO. **Uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil**. Rio de Janeiro, jun. 2006. 59 p.

FIESC - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em dados 2007**. Florianópolis, 2007. Disponível em <<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site/pei/produtos/show/id/46>>. Acesso em 22 out. 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2007. 473 p., il.

IBGE. **Pesquisa Industrial 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 25, n. 1, 2006. Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/emp2006.pdf>> Acesso em 19 nov. 2008.

_____. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2008.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. xxx, 415p, il, 24cm. (Os Economistas). Tradução de: Theory of economics dynamics. Production of commodities by commodities. Essays in theory of economic growth.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Finanças e economia do setor público

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 306p (Os Economistas).

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. Apresentação. In KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p IX-XXX.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

VIEIRA, Emardi Feijó. **Grau de monopólio e distribuição da renda em Kalecki: uma abordagem na economia catarinense**. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 1989.

TROSTER, Roberto Luis. Estruturas de Mercado. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de (Coord.). **Manual de economia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. cap. 8, p. 191 a 202.

CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Preços, mark up e distribuição funcional da renda na indústria de transformação: dinâmica de longo e de curto prazo – 1959/80. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 637 a 702, dez 1981. Disponível em < <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/429/370>>. Acesso em 23 out. 2008